



A cópia ao alcance de todos

A inteligência artificial não está transformando estudantes em plagiadores, sugere levantamento

Apropriação indevida de ideias ou textos de terceiros sem a devida citação, o plágio é uma grave e comum violação da integridade científica. Com o aprimoramento das ferramentas de inteligência artificial (IA), paira a desconfiância de que a prática está ganhando fôlego na escrita acadêmica. Mas um levantamento feito com estudantes australianos indicou uma redução consistente de plágio nas últimas duas décadas, que se manteve mesmo após o advento da IA generativa.

Entre 2004 e 2024, pesquisadores aplicaram periodicamente um questionário a estudantes, a maioria deles de graduação, de diferentes cursos da Universidade do Oeste de Sydney (WSU), na Austrália. De forma anônima, os alunos respondiam a perguntas relacionadas a diferentes formas de plágio: falsa paráfrase (quando o autor troca algumas palavras de uma frase original por sinônimos,

mencionando a fonte), paráfrase ilícita (quando reescreve a ideia de outra pessoa com novas palavras, mas sem dar o devido crédito), reciclagem (reutilização de trechos de obras próprias), cópia literal (quando se reproduz o texto integralmente sem citação), *ghostwriting* (quando se paga para outra pessoa escrever um texto em seu nome) e roubo (quando alguém se apresenta como autor de um trabalho feito por outro pesquisador).

Para testar sua compreensão sobre o tema, os participantes tinham de dizer quais comportamentos, para eles, configuravam plágio e quais não. Também foram questionados sobre a frequência com que já haviam praticado tais violações. Com o avanço da IA generativa, em 2024 os responsáveis pelo levantamento acrescentaram uma pergunta sobre cópia literal de textos fornecidos por esse tipo de ferramenta. E, nesse mesmo ano, além da WSU, onde o estudo se desenrolou desde o início, foram incluídas outras cinco instituições de ensino australianas para comparação adicional.

Um gráfico mostrou que a porcentagem de estudantes que se envolveram em qualquer forma de plágio caiu a cada rodada da pesquisa, de 80,7% em 2004 para 59,6% em 2024. O delito mais cometido foi a falsa paráfrase (38,8%), seguida de perto pela paráfrase ilícita (38,3%). O roubo ficou em último lugar, com 1,3% da amostra assumindo que o praticou na vida acadêmica. Quanto ao uso de inteligência artificial, 14,2% dos alunos em 2024 indicaram já ter copiado um texto produzido por chatbots sem dar o devido crédito, mas a maioria deles também se envolveu em pelo menos uma outra forma de plágio que não implicou usar a ferramenta. A cópia literal por IA como única má conduta foi registrada entre apenas 2% dos alunos.

A conclusão principal da pesquisa é que a inteligência artificial, por si só, não está transformando estudantes em fraudadores. “Nosso estudo sugere que alunos que plagiaram de alguma outra forma agora também podem plagiar por meio de IA”, afirmou Guy Curtis, professor da área de neurociência aplicada na Universidade do Oeste da Austrália, em Perth, e um dos autores do trabalho – ele relatou os resultados em um texto publicado na plataforma The Conversation. Curtis atribui a queda da incidência de plágio ao longo dos anos, entre outras medidas, a um melhor treinamento dos estudantes sobre as regras de referência e de citação, que teve impacto principalmente na redução de violações não intencionais.

Ao mesmo tempo, a combinação das respostas dos alunos sobre se eles entendem determinada prática como cópia e se já plagiaram mostrou que, atualmente, a maioria comete a violação de modo consciente. Quando se trata de copiar literalmente da IA, por exemplo, 88% dos alunos sabiam que

aquele ato configurava plágio. A melhor compreensão, contudo, não eliminou a ocorrência do delito. “Isso significa que educar os alunos e fiscalizar a conduta acadêmica deve continuar sendo uma batalha constante”, afirmou Curtis.

Se avanços tecnológicos, como a internet e as ferramentas de inteligência artificial, tornaram o plágio mais acessível, também permitiram que esse tipo de má conduta pudesse ser rastreado com mais facilidade, graças a softwares como Turnitin, Grammarly e iThenticate, observou o psicólogo Roger Kreuz, pesquisador da Universidade de Memphis, nos Estados Unidos, autor do livro *Semelhanças impressionantes: Plágio e apropriação, de Chaucer aos chatbots*, lançado em janeiro pela Editora da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Apesar da facilidade em identificar cópias, o grande volume de trabalhos criativos produzidos torna desafiador detectar todas as violações, segundo o autor.

Kreuz observa como o conceito de plágio sofreu transformações ao longo do tempo. O poeta Geoffrey Chaucer (1343-1400), cujo nome aparece na capa do livro, adaptou ou traduziu histórias de fontes italianas, como Giovanni Boccaccio (1313-1375), num processo que foi chamado de apropriação ou reescrita, e não de plágio – simplesmente porque o conceito de autoria intelectual não existia na Idade Média. Na era Moderna, o plágio torna-se condenável, do ponto de vista moral e legal, mas somente ganha a concepção atual nos últimos 200 anos, com a consolidação da proteção dos direitos autorais. O advento do ChatGPT, segundo diz, demarca um momento histórico. Mas Kreuz questiona até que ponto copiar e colar os resultados de uma consulta ao chatbot realmente se encaixa no conceito mais amplo de plágio – na sua avaliação, estaria mais para *ghostwriting*, já que não se baseia na cópia de um único original e omite sua verdadeira origem.

Na ânsia de descobrir o perfil de quem comete esse tipo de má conduta – e ele enumera exemplos na música, na política e na ciência –, chegou a três categorias principais: os desavisados, que o fazem sem saber o que é plágio; os que o praticam acidentalmente, por falta de organização nos próprios registros, por exemplo; e aqueles que recorrem à cópia deliberadamente e com conhecimento de sua falha ética. O psicólogo entende que a apropriação de conteúdo alheio não é apenas um desrespeito à pessoa cuja escrita foi surrupiada, mas um ataque à noção de que deve ser possível rastrear a origem das ideias, identificando as pessoas de carne e osso que as formularam. “Se deixarmos de nos importar com a origem dos pensamentos, abrimos caminho para um mundo caótico de roubo e descontextualização.” ●

MÔNICA MANIR

Falhas éticas e inconsistência de dados invalidam estudo sobre o uso de células-tronco pós-infarto

A revista médica *The BMJ* anunciou a retratação de um artigo que apontava uma terapia com células-tronco como um “valioso procedimento” após o infarto na prevenção de insuficiência cardíaca. O *paper* recebeu o carimbo de inválido depois que uma coleção de inconsistências em seus dados foi apontada no PubPeer, site onde é possível postar críticas e anotações sobre artigos.

Uma delas foi um “padrão curioso de repetição” no conjunto de dados, com um alto contingente de números inteiros para a altura e o peso dos pacientes, o que sugere erro ou manipulação de informações.

Também chamou a atenção a inclusão de participantes acima dos 65 anos, fora do critério de idade especificado. Houve, ainda, problemas relacionados à atribuição de autoria. Em uma correção anexada à retratação, dois dos 10 autores tiveram seus nomes removidos, ambos vinculados à Universidade Queen Mary de Londres, na Inglaterra (os demais são pesquisadores de universidades iranianas). Os cardiologistas Anthony Mathur e Sheik Dowlut alegaram que apenas forneceram “feedback sobre o manuscrito antes de seu envio” e que haviam pedido ao autor correspondente para não assinarem o artigo. Sobre um deles, Mathur, pesava um questionamento sobre conflito de interesses. Ele é um dos curadores da Heart Cells Foundation, patrocinadora de uma instituição, também administrada por ele, que fornece terapias com células-tronco para cardíacos.

Problemas no registro do estudo acenderam outro alerta. O protocolo que os autores submeteram a *The BMJ* indicava que ele ocorreu antes do recrutamento de

pacientes, prática que garantiria transparência à pesquisa. Mas a data registrada no clinicaltrials.gov, banco de dados de ensaios clínicos, foi posterior.

Os autores alegaram que os problemas não foram intencionais e resultaram da integração de conjuntos de dados hospitalares. Eles forneceram um conjunto revisado, o que não impediu a retratação. Como o ensaio clínico ocorreu no Irã, o periódico solicitou à Administração de Alimentos e Medicamentos do país que avaliasse a origem dos equívocos e incoerências do artigo, mas não obteve retorno. Ao site Retraction Watch, a neuropsicóloga Dorothy Bishop, primeira a sinalizar problemas no estudo, explicou por que ficou apreensiva com o caso: “Existiam amplas evidências de que os dados não eram confiáveis havia cinco meses, e é preocupante que *The BMJ* não tenha retratado o artigo mais rapidamente, dadas as implicações para a segurança dos pacientes”. O estudo estava na fase III, etapa de confirmação da eficácia do tratamento.



Autor descobre artigo que não escreveu com a sua assinatura, pede retratação e recebe cobrança de taxa

O biólogo cipriota Evgenios Agathokleous, pesquisador na Universidade de Ciência e Tecnologia da Informação de Nanjing, na China, descobriu que um artigo do qual não era autor foi publicado com sua assinatura em 2023 na revista *European Journal of Experimental Biology*, sediada na Índia. Poderia ser apenas mais um caso de periódico antiético que publica artigos atribuídos a cientistas sérios para simular respeitabilidade e atrair autores incautos, mas suas práticas predatórias revelaram-se ainda mais disseminadas. Agathokleous solicitou à revista

que o artigo fosse retratado, ou seja, removido dos registros da publicação, e recebeu da Prime Scholars, empresa que edita o periódico, dois e-mails com respostas-padrão. O primeiro informava que o artigo havia sido publicado com sucesso na revista, “de acordo com as normas e políticas da empresa”. O segundo trazia uma cobrança de € 519 euros, o equivalente a cerca de R\$ 3 mil, para cobrir “custos associados ao processamento da publicação, preparação para indexação e manutenção do banco de dados”. O biólogo, que figura em uma lista produzida pela Universidade Stanford como um dos autores mais influentes na área de ciências ambientais, não fez o pagamento e não teve mais notícia da editora. Procurada pelo site Retraction Watch, a Prime Scholars afirmou que resolveria o problema. Até o início de maio, contudo, o artigo falso, sobre técnicas de controle ecológico de pragas na agricultura e na jardinagem, não havia sido retratado e continuava disponível para leitura.